

Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

As informações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A - Em Recuperação Judicial (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração e concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 14 de novembro de 2014.

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Laplace, 74 – 1º andar – conjuntos 11 e 12 - São Paulo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e publicado em 20 de março de 2013, a Mangels alienou o negócio de Galvanização e decidiu descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP. Também, o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG foi descontinuado.

Maiores detalhes sobre essas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 24.

1.1 Recuperação Judicial

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Judicial em 24 de janeiro de 2014 e a Administradora Judicial, nomeada pelo Juízo, KPMG Corporate Finance Ltda., elaborou a lista dos credores cujo edital foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de maio de 2014.

Nos dias 27 de agosto e 24 de outubro de 2014 respectivamente, foram realizadas Assembleias-Geral de Credores, no entanto em razão da falta de quórum necessário e também pelo fato de ter havido impugnação de valores por parte de alguns credores as Assembleias não resultaram frutíferas.

Na última Assembleia-Geral a Companhia apresentou alterações no Plano de Recuperação Judicial, especificando as propostas de pagamento dos credores classificados como parceiros, estratégicos, fornecedores e financeiros e informou que as negociações com os credores quirografários estão em fase de conclusão, restando aprovação da nova proposta de pagamento pelos respectivos comitês dos credores.

O adiamento da Assembleia-Geral dos Credores aprovada por unanimidade pelos credores presentes, tendo sido a continuação da mesma agendada para o dia 27 de novembro de 2014, às 11 horas no Pestana São Paulo Hotel e Conference Center, localizado a Rua Tutoia, 77 na cidade de São Paulo.

1.1.1. Plano de Recuperação Judicial

Para elaboração do plano de pagamento, foram consideradas as dívidas até a data do pedido de recuperação judicial, as quais foram agrupadas em três classes de credores. Abaixo segue demonstrados os valores em 31 de dezembro de 2013:

A – Credores sujeitos a Recuperação Judicial			31/12/2013
	Fornecedores	Empréstimos	Total
I – Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista			1.191
II – Credores trabalhistas com reserva de valores			13.407
III – Titulares de créditos com garantia real	2.141	94.293	96.434
IV – Titulares de créditos quirografários	31.701	291.549	323.250
TOTAL Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	385.842	434.282
B – Dívida Fiscal Tributária			8.067
C – Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)		17.678	17.678
Total não sujeito à Recuperação Judicial		17.678	25.745
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	403.520	460.027

A – Credores sujeitos a Recuperação Judicial			30/09/2014
	Fornecedores	Empréstimos	Total
I – Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista			1.191
II – Credores trabalhistas com reserva de valores			13.407
III – Titulares de créditos com garantia real	2.141	103.243	105.384
IV – Titulares de créditos quirografários	31.701	262.682	294.383
TOTAL Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	365.925	414.365
B – Dívida Fiscal Tributária			10.896

C – Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)		17.879	17.879
Total não sujeito à Recuperação Judicial		17.879	28.775
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	383.804	443.140

Basicamente a alteração apresentada na nova proposta do Plano de Recuperação Judicial, refere-se a forma de pagamento aos credores, que a Companhia classificou como parceiros, estratégicos, fornecedores e financeiros, dentro de cada classe de credores, com exceção dos créditos derivados da legislação trabalhista.

Os credores parceiros são os que estão dispostos a renovar sua confiança na Companhia.

Credores estratégicos são aqueles credores por sua fundamental relevância social, e por serem indispensáveis e/ ou não existirem maneira de substituí-lo com brevidade e cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Empresa.

Na nova proposta o prazo para pagamento foi alterado de 10 anos para 8 anos, incluindo uma carência de 18 meses.

O novo deságio proposto é de 20% acrescido de juros e correção monetária a taxa equivalente à variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), computados a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação. O valor será acrescido de juros e correção monetária a taxa equivalente à variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), computados a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação.

Na proposta anterior o deságio era de 30% acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a uma taxa de 2% a.a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação.

i) Credores derivados da legislação trabalhista

Estes credores serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de homologação do Plano de Recuperação, ou no mesmo prazo a contar da sentença que julgar a habilitação do crédito. Sem alterações na nova proposta.

ii) Credores com garantia real

É composto basicamente por empréstimos firmados com Instituições financeiras e alguns fornecedores que possuem garantia de imóveis, instalações e/ou os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica de “Ativo de operações descontinuadas”, e as instalações e os equipamentos da planta de Manaus.

iii) Credores quirografários

É composto por credores que não possuem preferência ou garantia em relação a seus créditos.

O saldo remanescente da dívida para com os credores quirografários que aderirem a este subgrupo, terá a garantia de ativos disponíveis das Recuperandas.

Para os fornecedores estratégicos, desde que não interrompam o fornecimento a Companhia, os valores devidos serão amortizados em 10 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, a partir da homologação do Plano de Recuperação, com incidência de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do CDI.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração

2.1.1 Declaração de conformidade

De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nestas demonstrações intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras anuais. Dessa forma, estas demonstrações intermediárias condensadas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 R1 – Demonstração Financeira intermediária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 R1 – Demonstração Financeira intermediária de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board – IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias – ITR;

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

2.2 Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas são consistentes com as políticas contábeis do exercício anterior.

2.3 Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

			Participação no Capital Social - %	
			30/09/2014 e 31/12/2013	
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

A Companhia pretende adotar tal norma quando esta entrar em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as informações intermediárias a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

No processo de aplicação de políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Operações descontinuadas

Em 2012, a Companhia decidiu descontinuar diversos negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados e fortalecer a sua posição financeira.

Em 3 de setembro de 2012, a Companhia concluiu a alienação da Unidade de Galvanização à Armco Staco S/A. Indústria Metalúrgica.

O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças estruturadas de aço, para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial entre outros. Fabricava também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais

Em 11 de dezembro de 2012, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração de descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aço, atividades essas desenvolvidas na Unidade de São Bernardo do Campo – São Paulo.

O negócio vinha operando em ambiente competitivo acirrado e em segmentos altamente dependente do bom andamento da economia mundial e brasileira, o qual se manteve bastante imprevisível nos últimos anos. Assim, as perdas acumuladas decorrentes deste negócio inviabilizaram a sua continuidade bem como o crescimento e a lucratividade em outros negócios da Companhia.

Também foi desativado o negócio de estamparia para montadora que era desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações - MG. A exemplo do negócio de aços, as perdas acumuladas nos anos de 2012 e 2011 não permitiram a continuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia entendeu que as descontinuidades dos negócios satisfaziam os critérios para classificação dos ativos no grupo de ativos mantido para venda e como operação descontinuada, pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- A Companhia tinha plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido propostas vinculantes para parte dos equipamentos;
- A Companhia esperava que as negociações seriam finalizadas, e a venda de todos os ativos estivessem concluídas em 2014.

A produção dos segmentos descontinuados encerrou as atividades em julho de 2013 e os ativos desses negócios estão colocados à venda. Esses recursos são parte integrante do Plano de Recuperação Judicial e têm como objetivo a redução da dívida da Companhia e melhora da rentabilidade dos demais negócios.

Para maiores detalhes sobre a operação descontinuada estão divulgados na Nota 24.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são resumidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 258.678 (2013: R\$ 205.599). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$124.615 (R\$59.451 em 30 de setembro de 2013).

Valor Justo de Instrumentos Financeiros;

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e, do negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 30 de setembro era de R\$21.057 (2013: R\$ 22.175).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamparia para montadoras, foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão para redução ao valor de realização deste ativo (impairment). O valor contábil em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2013 eram de R\$ 19.714. Vide nota 24.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2013.

4. Investimento em controladas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	30/09/2014			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	44.306	5.165	983	50.454
Ativo Não Circulante	10.757		209	10.966
Ativo	55.063	5.165	1.192	61.420
Passivo Circulante	31.595	3.719	1.040	36.354
Passivo Não Circulante	948		105	1.053
Passivo	32.543	3.719	1.145	37.407
Patrimônio Líquido	22.520	1.446	47	24.013
Resultado Líquido do período findo em 30/09/2014	783	(215)	(26)	542
	31/12/2013			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	45.606	5.668	890	52.164
Ativo Não Circulante	11.584	-	235	11.819
Ativo	57.190	5.668	1.125	63.983
Passivo Circulante	26.914	3.377	1.052	31.343
Passivo Não Circulante	8.540	-	-	8.540
Passivo	35.454	3.377	1.052	39.883
Patrimônio Líquido	21.736	2.291	73	24.100
Resultado Líquido do período findo em 31/12/2013	1.104	(95)	(19)	990

Saldos patrimoniais e transações no período de três meses findo em 30 de setembro de 2014.

	30/09/2014				
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	22.250	783
Mangels International Corporation	20	100,00	-	1.445	(215)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	47	(26)

31/12/2013

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	21.736	1.104
Mangels International Corporation	20	100,00	-	2.291	(95)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	73	(19)

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.737	2.290	73	24.100
Equivalência patrimonial	783	(215)	(26)	542
Variação cambial sobre investimentos		45		45
Redução do capital investido		(674)		(674)
Saldo em 30 de setembro de 2014	22.520	1.446	47	24.013

5. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 30 de setembro de 2014 está apresentado a seguir:

30/09/2014

	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	54.988	92.163	167.571	42.107	76.021	432.850

31/12/2013

	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	57.190	56.268	191.771	66.493	76.893	448.615

(*) refere-se a caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

Unidade de AÇOS – MANAUS (*)

	30/09/2014	30/09/2013	Variação
Receita Bruta	45.135	65.236	-30,8%
Receita Líquida	41.962	57.724	-27,3%
<i>Mercado Interno</i>	41.962	57.724	-27,3%
CPV	(35.977)	(49.696)	-27,6%
Lucro Bruto	5.985	8.028	-25,5%
<i>Margem Bruta</i>	14,3%	13,9%	-0.4p.p.
Despesas Operacionais			
Comerciais	(665)	(873)	-23,9%
Administrativas	(2.486)	(2.435)	2,1%
Outras (despesas) receitas	(251)	(385)	-34,8%
	(3.402)	(3.693)	-22,8%
Resultado Operacional	2.583	4.335	-40,4p.p

(*) os valores apresentados neste quadro referem-se ao resultado do eixo V da unidade de Aços somado ao resultado da unidade de Manaus.

Unidade de RODAS

	30/09/2014	30/09/2013	Variação
Receita Bruta	217.527	261.672	-16,9%
Receita Líquida	174.525	204.424	-14,6%
<i>Mercado Interno</i>	159.912	191.981	-16,7%
<i>Mercado Externo</i>	14.613	12.443	17,4%
CPV	(164.170)	(194.116)	-15,4%

Despesas Operacionais			
Comerciais	(2.849)	(4.507)	-36,8%
Administrativas	(13.095)	(10.589)	23,7%
Outras (despesas)	(1.991)	(3.937)	49,4%
receitas	(17.935)	(19.033)	-5,8%
Resultado Operacional	(7.580)	(8.725)	-13,1p.p

	30/09/2014	30/09/2013	Varição
Receita Bruta	173.492	117.810	47,3%
Receita Líquida	129.066	91.593	40,91%
<i>Mercado Interno</i>	124.294	88.815	39,9%
<i>Mercado Externo</i>	4.772	2.778	71,8%
CPV	(109.749)	(81.236)	35,1%
Lucro Bruto	19.317	10.357	86,5%
<i>Margem Bruta</i>	14,9%	11,3%	3,7p.p.

Informações Geográficas:

				Consolidado
				30/09/2014
	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS	TOTAL
Receita Líquida	41.962	174.525	129.065	345.552
Mercado Interno	41.962	159.912	124.293	316.167
Mercado Externo	-	14.613	4.772	19.385
América do Sul e Central	-	14.613	4.772	19.385
				Consolidado
				30/09/2013

	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS	TOTAL
Receita Líquida	57.724	204.424	91.593	353.741
Mercado Interno	57.724	191.981	88.815	338.520
Mercado Externo	-	12.443	2.778	15.221
América do Sul e Central	-	12.443	2.778	15.221

6. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	31.681	26.090	31.681	26.090
Títulos e valores mobiliários	3.452	3.170	3.452	3.170
Contas a receber de clientes	51.848	37.751	51.848	37.751
Tributos a recuperar	28.807	29.779	28.807	29.779
Total:	115.788	96.790	115.788	96.790
Passivos financeiros				
Fornecedores	56.907	78.857	56.907	78.857
Empréstimos e financiamentos *	440.624	403.520	444.930	409.342
Tributos a recolher	8.166	9.836	8.166	9.836
Total:	505.697	492.213	510.003	498.035

* As diferenças entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação que serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- *Derivativos:* são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	30/09/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	31.681	-	X	-
Títulos e valores mobiliários	3.452	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	444.930	-	X	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

- Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de

financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

- ii) *Risco de liquidez*: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O processo de recuperação judicial não altera o risco em questão.

- iii) *Riscos de mercado*:

- **Risco com taxa de juros**: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Com a recuperação judicial as linhas de créditos foram reduzidas e, portanto, são utilizadas exclusivamente as linhas para atendimento as necessidades de capital de giro.
- **Risco com taxa de câmbio**: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

As operações com instrumentos financeiros foram suspensas em razão do pedido da Recuperação Judicial.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Controladora/ Consolidado			
	Regime de Competência			
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.751	1.526	4.291	3.575
Clientes	637	1.049	1.561	2.457
	2.388	2.575	5.852	6.032

Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (i)	82.981	79.026	203.387	185.127
Fornecedores	1.242	1.251	3.044	2.931
Exposição líquida	(81.835)	(77.702)	(200.579)	(182.026)

(i) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$104.154 (R\$94.405 em 31 de dezembro de 2013).

a) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,3279% a.a., Dólar R\$ 2,2025 e CDI 10,80% a.a.

Consolidado				
PASSIVOS	Riscos	Variação		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	203.387	254.398	305.410
Dívida em US\$	aumento do US\$	203.387	254.234	35.081
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	220.829	226.215	231.601
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	16.421	16.021	15.620
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	3.452	3.367	3.283
Caixa e equivalentes de caixa	queda do US\$	4.291	3.218	2.146
Clientes	queda do US\$	1.561	1.170	780

7. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora

Consolidado

		Remuneração média - %	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<u>Em moeda nacional</u>						
Certificado de Depósito Bancário – CDB	101,22%	CDI	-	1.230	7.330	8.687
Operações compromissadas	100,05%	CDI	9.092	1.913	9.092	1.913
Disponibilidade em conta-corrente			9.142	8.386	10.968	11.915
			18.234	11.529	27.390	22.515
<u>Em moeda estrangeira</u>						
Time Deposit	0,35%	Libor	-	-	-	937
Disponibilidade em conta corrente			3.967	2.161	4.291	2.638
			3.967	2.161	4.291	3.575
Total			22.201	13.690	31.681	26.090

8. Aplicações financeiras

			Controladora		Consolidado	
		Remuneração média - %	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<u>Em moeda nacional</u>						
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,60%	CDI	2.894	3.104	3.452	3.170
Total			2.894	3.104	3.452	3.170

As aplicações financeiras estão vinculadas como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14. Conforme divulgado nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2013, as aplicações vinculadas foram retidas para liquidação parcial antecipada dos empréstimos.

Em 30 de setembro as aplicações financeiras vinculadas totalizam R\$542 (R\$511 em 31 de dezembro de 2013).

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado		Parte dos
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	
No Brasil	49.468	39.815	53.009	44.533	
No Exterior	1.561	2.457	1.562	2.457	
	51.029	42.272	54.571	46.990	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.608)	(9.228)	(2.723)	(9.239)	
	48.421	33.044	51.848	37.751	

recebíveis estão vinculados como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
A vencer	44.801	29.534	47.454	31.647
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	3.079	2.436	3.782	3.354
de 31 a 60 dias	522	870	597	1.452
de 61 a 90 dias	100	1.242	100	2.203
de 91 a 180 dias	562	2.753	597	2.843
de 181 a 360 dias	1.025	2.017	1.069	2.051
mais de 360	940	3.420	972	3.440
	6.228	12.738	7.117	15.343
Total:	51.029	42.272	54.571	46.990

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(9.228)	(9.239)
Complemento de provisões	(1.241)	(1.356)
Valores utilizados	7.861	7.872
Saldo em 30 de Setembro de 2014	(2.608)	(2.723)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Produtos acabados	4.242	10.106	6.901	12.772
Adiantamentos a fornecedores	15.195	34.521	16.831	38.547
Produtos em processo	6.872	5.274	6.874	5.489
Matérias-primas	16.402	8.776	21.277	13.564
Materiais auxiliares	6.991	20.394	7.056	20.614
Provisão para perdas no estoque	(4.602)	(5.551)	(5.377)	(5.743)
	45.101	73.520	53.562	85.243

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

Controladora	Consolidado
---------------------	--------------------

Saldo em 31 de Dezembro de 2013

	(5.551)	(5.743)
Complemento de provisão	(4.074)	(4.721)
Valores utilizados	2.787	2.819
Valores estornados e não utilizados	2.236	2.268

Saldo em 30 de Setembro de 2014

(4.602)	(5.377)
----------------	----------------

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	6.430	5.046	6.825	5.693
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.884	3.884	3.941	4.145
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.621	7.980	6.621	7.980
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.922	5.613	5.984	5.624
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	1.569	1.219	1.830	1.219
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	2.799	3.691	3.367	3.776
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.267	2.226	2.392	2.245
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	-	507	-	1.100
Créditos Previdenciários	-	95	8	95
Outros	4	4	10	13
	29.496	30.265	30.978	31.890
Circulante	27.385	28.155	28.807	29.779
Não circulante	2.111	2.110	2.171	2.111

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

12. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.481	21.773	116.941	870	1.755	118	530	146.468
Aquisição	-	-	2.555	-	-	-	6.565	9.121
Baixas	-	-	(223)	(82)	-	-	-	(308)
Transferência entre contas	-	-	1.229	-	-	-	(1.229)	-
Depreciação	-	(513)	(10.145)	(194)	(332)	-	-	(11.184)
Saldos em 30 de junho de 2014	4.481	21.260	110.357	594	1.423	118	5.866	144.099
Custo total	4.481	39.164	250.999	2.846	15.061	118	5.866	318.535
Depreciação acumulada	-	(17.904)	(140.642)	(2.252)	(13.638)	-	-	(174.436)
Valor residual	4.481	21.260	110.357	594	1.423	118	5.866	144.099
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	4.496	28.067	122.052	906	1.841	118	600	158.080
Aquisição	-	-	2.585	-	-	-	6.595	9.180
Baixas	-	-	(251)	(83)	-	-	-	(334)
Transferência entre contas	-	-	1.266	(37)	-	-	(1.229)	-

Depreciação	-	(750)	(10.765)	(207)	(346)	-	-	12.068
Saldos em 30 de Setembro de 2014	4.496	27.317	114.887	579	1.495	118	5.966	154.858
Custo total	4.496	46.704	260.993	2.898	15.245	118	5.966	336.420
Depreciação acumulada	-	(19.387)	(146.106)	(2.319)	(13.750)	-	-	(181.562)
Valor residual	4.496	27.317	114.887	579	1.495	118	5.966	154.858
Taxa anual média de depreciação %	2	6,3	20	11				

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 30 de setembro de 2014, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$18.543 (R\$ 19.305 em 31 de dezembro de 2013), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$17.652 (R\$ 16.921 em 31 de dezembro de 2013).
Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da avaliação por custo atribuído líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no trimestre findo em 30 de setembro de 2014, R\$ 367 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2013).
- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

13. Intangível

Controladora e Consolidado	Software	Desenvolvimento e Sistemas	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.418	572	57	9.047
Aquisição	3.665	302	-	302
Amortização	(94)	(1.706)	(22)	(1.822)
Transferências entre rubricas	(8.206)	8.206	-	-
Baixas	-	(773)	-	(773)
Saldo em 30 de setembro de 2014	3.783	6.603	35	10.421
Custo Total	4.299	22.198	158	26.655
Amortização	(516)	(15.595)	(123)	(16.234)
Valor residual	3.783	6.603	35	10.421

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
Taxa média anual de juros - % de Garantias a.a.	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013

Moeda Nacional

BNDES / Máquinas	4,50% a.a.	/Máquinas e equipamentos	5.265	5.210	5.265	5.210
Capital de Giro (CEF / NCE BB / ITAÚ / SAFRA)	119% do CDI	Recebíveis, aplicações financeiras, máquinas, exportações futuras	203.760	186.859	220.829	203.014
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	Imóveis máquinas e equipamentos	-	-	11.143	10.169
			209.025	192.069	237.237	218.393

Moeda Estrangeira

Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 3,84% a.a.	Nota promissória e carta fiança	104.154	94.405	104.155	94.405
DEG/FMO	Libor + 4,84% a.a.	Nota promissória, imóveis, instalações e máquinas	99.232	90.722	99.232	90.722
			203.386	185.127	203.387	185.127
Circulante			412.411	377.196	440.624	403.520

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos.

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado.

Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de crédito rotativo.

Os empréstimos do DEG/FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”. E o empréstimo junto ao BASA tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 10.568 mil.

As cláusulas de garantia dos empréstimos do Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, preveem vínculos a recebíveis e aplicações financeiras atreladas a esses empréstimos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, a Companhia deveria atender trimestralmente determinados indicadores financeiros *covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento as cláusulas contratuais firmadas junto ao DEG/FMO.

No 3º trimestre de 2014 a Companhia não atendeu a essas obrigações, e em razão das cláusulas de “cross default”, todos os contratos, foram reclassificados para o Curto Prazo, conforme determina o Pronunciamento Técnico de Contabilidade – CPC nº 26, item 74.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possuía R\$154.948 de empréstimos vencidos (R\$59.615 em 31 de dezembro de 2013).

Os empréstimos firmados estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fornecedores Nacionais	53.017	71.574	53.863	75.926
Fornecedores Estrangeiros	3.044	2.931	3.044	2.931
	56.061	74.505	56.907	78.857

Alguns fornecedores estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

Controladora

	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	5.175	4.321	11.120	8.531
Tributárias	2.443	3.023	5.912	1.070
Outras	1.503	1.432	3.949	3.876
	9.121	8.776	21.981	13.477

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.531	1.070	3.876	13.477
Adições	3.595	4.909		8.564

Reclassificações entre rubricas	(6)	(67)	73	-
Saldo em 30 de Setembro de 2014	12.120	5.912	3.949	21.981
<u>Consolidado</u>				
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	5.212	4.350	12.321	8.723
Tributárias	2.443	3.023	5.912	1.070
Outras	1.746	1.603	4.107	3.876
	9.401	8.976	22.340	13.669

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.723	1.070	3.876	13.669
Adições	3.604	4.909	158	8.671
Reclassificações entre rubricas	(6)	(67)	73	-
Saldo em 30 de Setembro de 2014	12.321	5.912	4.107	22.340

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descritas abaixo:

a) *Tributárias*

- PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.
- CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os

mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,97 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.

- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,79 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.
- iv) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,3 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 4,09 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,9 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em cinco ações cíveis, entre as quais quatro no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,15 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2014.

d) *Legislação vigente*

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e transações nos trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e 2013:

30/09/2014		
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Com empresas consolidadas		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(21.950)	1.000 (1)
Mangels International Corporation	(78)	-
E.Koga Ltda.	(900)	-
CONTROLADORA	(22.918) (2)	1.000

31/12/2013		
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Com empresas consolidadas		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(16.690)	6.026 (1)
Mangels International Corporation	(174)	-
E.Koga Ltda.	(829)	-
CONTROLADORA	(17.693) (2)	6.026

(1) O saldo do ativo circulante (contabilizado na rubrica outros) e das receitas referem-se à operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) O saldo do passivo circulante são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

30/09/2014		
	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e Financiamentos		
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	4.680	-
31/12/2013		
	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e Financiamentos		
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	4.164	-

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, dos Diretores e os devidos encargos sociais, foi fixada em até R\$ 5.304 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de maio de 2014.

A remuneração paga durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	1.199	1.890
Outros benefícios	-	86
	1.199	1.976

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

30/09/2014

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	1.438.268	12,90%	1.438.268	8,29%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES	-	-	735.200	6,59%	735.200	6,92%
ANTONIO FARINA	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	4,24%
Outros	4.712	0,08%	6.574.274	58,97%	6.578.986	37,92%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31/12/2013

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.

MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES	-	-	1.491.100	13,38%	1.491.100	8,59%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	1.438.268	12,90%	1.438.268	8,29%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	7.018.374	62,96%	7.023.086	40,48%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 30 de setembro de 2014, havia em circulação no mercado, 4.706 ações ordinárias e 11.141.291 ações preferenciais representando 64,24% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

19. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	30/09/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(14.778)	(26.563)	(41.341)
Resultado atribuível aos acionistas	(14.778)	(26.563)	(41.341)

Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(2,38282)	(2,38282)	(2,28282)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	30/09/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(30.903)	(55.549)	(86.452)
Proveniente das operações descontinuadas	(2.014)	(3.621)	(5.635)
Resultado atribuível aos acionistas	(32.917)	(59.170)	(92.087)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(4,98293)	(4,98193)	(4,98293)

Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(0,32479)	(0,32479)	(0,32479)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. Resultado financeiro

20.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Juros sobre aplicações financeiras	796	2.579	1.392	3.076
Descontos Obtidos	36	409	36	409
Outras Receitas	19	2.185	389	2.588
	851	5.173	1.817	6.073

20.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Tarifas Bancárias	(320)	(130)	(415)	(160)
Juros sobre empréstimos	(25.653)	(20.911)	(17.510)	(21.568)
Juros Passivos	(1.502)	(2.809)	(407)	(2.533)
Outras Despesas	(2.123)	(8.163)	(2.132)	(9.230)
	(29.598)	(32.013)	(30.464)	(33.491)

21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Matérias-primas consumidas	(170.219)	(192.456)	(199.981)	(226.161)
Outros custos, despesas e receitas	(55.053)	(89.040)	(59.610)	(93.758)
Despesas com pessoal	(72.599)	(74.639)	(74.460)	(77.379)
Depreciação e Amortização	(13.700)	(11.295)	(14.641)	(12.460)
<u>Despesa por natureza</u>	(311.571)	(367.430)	(348.692)	(409.758)
Custo das mercadorias vendidas	(275.197)	(285.879)	(309.897)	(325.047)
Com vendas	(8.361)	(9.133)	(8.830)	(9.627)
Gerais e administrativas	(23.727)	(19.146)	(25.829)	(21.846)
Outras despesas/ receitas operacionais	(4.286)	(19.472)	(4.136)	(19.438)
<u>Despesas por função - Operações Continuadas</u>	(311.571)	(333.630)	(348.692)	(375.958)
Custo das mercadorias vendidas	-	(37.858)	-	(37.858)
Com vendas	-	(2.122)	-	(2.122)
Gerais e administrativas	-	(2.773)	-	(2.773)
Outras despesas/ receitas operacionais	-	8.953	-	8.953
<u>Despesas por função - Operações Descontinuadas</u>	-	(33.800)	-	(33.800)
<u>Despesas por função - Total</u>	(311.571)	(367.430)	(348.692)	(409.758)

22. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

<u>Operações Continuadas</u>	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita Bruta	396.271	399.983	436.154	445.718
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(88.880)	(90.148)	(90.602)	(91.977)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	307.391	309.835	345.552	353.741
<u>Operações Descontinuadas</u>	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita Bruta (i)	-	40.032	-	40.032
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	-	(11.300)	-	(11.300)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	-	28.732	-	28.732

23. Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(41.341)	(56.185)	(40.743)	(55.117)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas	-	(5.635)	-	(5.635)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.341)	(61.820)	(40.743)	(60.752)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(542)	65	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	2.204	(258)	2.204	(258)
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(39.679)	(62.013)	(38.539)	(61.010)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	13.491	21.084	13.103	20.743
<u>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</u>				
Despesas não dedutíveis	(551)	(5.019)	(551)	(5.019)
Ativo Diferido não Constituído no período	(14.052)	(15.256)	(14.052)	(15.256)
Reversão de Ativo Diferido não constituído	-	(30.483)	-	(30.483)
Outros	1.112	(594)	902	(1.320)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	(30.483)	(598)	(31.551)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	216	-	216
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	-	(30.267)	(598)	(31.335)
Alíquota efetiva	-	48,81%	-1,55%	51,36%

a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

b) Efeitos da Lei 12.973/2014

Foi publicado no DOU no dia 14 de Maio de 2014, a conversão da Medida Provisória nº 627/2013 em Lei, que entre outras providencias:

(i) revoga o Regime Tributário Transitório – RTT;

(ii) introduz alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

(iii) trata sobre a potencial tributação de lucros ou dividendos distribuídos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013;

(iv) dispõe sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio para os anos calendários de 2008 a 2013, utilizando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404/76,

desconsiderando os valores relativos a ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação;
(v) traz novas disposições quanto a tributação das empresas subsidiárias no exterior.

A Administração da Companhia procedeu a análise dos principais impactos e concluiu que os ajustes a serem efetuados, não são relevantes.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$124.615 (R\$103.355 em 31 de dezembro de 2013).

(ii) *Tributos diferidos ativos*: As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido, desta forma a Companhia não constitui impostos diferidos.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos :

	Controladora		Consolidado		
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2012	
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	64.670	44.553	64.670	44.553	
Contribuição diferida sobre base negativa	23.852	19.752	23.852	19.752	
Diferenças temporárias					
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	286	3.144	286	3.144	
Provisões para contingências	11.387	2.884	11.387	2.884	
Provisões de comissões sobre vendas	7	189	7	189	
Provisões para PLR	(816)	382	(816)	382	
Provisão para perdas em inventário	1.664	679	1.664	679	
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	6.263	8.474	6.263	8.474	
Variação Cambial - Regime Competência	15.742	7.952	15.742	7.952	
Provisão Indedutível	1.755	4.242	1.755	4.242	
Provisões Phase Out	5.473	5.961	5.473	5.961	
Outros	686	(1.667)	686	(1.667)	
Reversão de IR e CS Diferidos	-	(30.483)		(30.483)	
Diferido não constituído	(124.615)	(59.451)	(124.615)	(59.451)	
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.354	6.611	6.354	6.611	
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.354)	(6.611)	(6.354)	(6.611)	
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	-	-	-	

sivos: A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

24. Operação descontinuada

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual. Entretanto, diante do pedido de recuperação judicial, a venda desses ativos está suspensa e sujeita à aprovação do plano de recuperação econômica pelos credores da Companhia.

Abaixo segue demonstrados os resultados financeiros das operações descontinuadas:

a) Unidade Aços – São Bernardo do Campo

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos.

Assim,

		30/09/2013	segue apresentado resultado neócio nos meses de
o deste nove 2013.	Receita líquida de vendas e serviços	28.732	
	Custo dos produtos e serviços vendidos	(37.858)	
	Prejuízo Bruto	(9.126)	
	Despesas operacionais/ financeiras	3.491	
	Resultado do trimestre antes das reversões	(5.635)	
	Reversão de provisões relacionadas a descontinuidade do negocio	8.872	

Resultado do trimestre da operação descontinuada

3.237

As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	(213)	244
Estoques	3.351	5.203
(-) Deságio na realização de estoques	(1.981)	(1.998)
Demais ativos	<u>974</u>	<u>898</u>
	2.130	4.347
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	93.006	93.353
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(19.714)	(19.714)
Ativo imobilizado	<u>737</u>	<u>848</u>
Ativo intangível	<u>452</u>	<u>620</u>
Demais ativos	<u>3.369</u>	<u>3.258</u>
	77.850	78.365
Totais dos ativos	<u>79.980</u>	<u>82.712</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.397	(705)
Outros passivos	(565)	3.396
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>21.057</u>	<u>22.032</u>
	22.889	24.723
Não Circulante		
Outros passivos	2.988	3.340
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
	6.788	7.140
Totais dos passivos	<u>29.677</u>	<u>31.863</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>50.303</u>	<u>50.848</u>

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Aços seguem demonstrados abaixo:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Fluxo de caixa da operação descontinuada		
Atividades operacionais	-	(4.485)
Relacionada a atividades de descontinuidade do negócio	3.010	(18.799)
Atividades de investimentos	<u>278</u>	<u>(5.326)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>3.288</u>	<u>(28.610)</u>

b) Ativos e obrigações diretamente associadas a descontinuidade dos negócios

A Companhia segrega os ativos imobilizados destinados à venda e as provisões de despesas com indenizações trabalhistas, ambientais e comercialização de ativos das atividades descontinuadas.

Abaixo seguem demonstrados os saldos dessas contas por negócio:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Não Circulante		
Ativos imobilizados de operações descontinuadas		
Aços	73.292	73.639
Estamparia	1.442	2.294
Outros	<u>1.287</u>	<u>960</u>
Totais dos ativos	<u>76.021</u>	<u>76.893</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		
Aços	21.057	22.032
Estamparia	<u>143</u>	<u>143</u>
	21.200	22.175
Não Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		
Aços	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
Totais dos passivos	<u>25.000</u>	<u>25.975</u>

25. Eventos Subsequentes

A Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o Plano de recuperação será realizada no dia 27 de novembro de 2014.